



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2115 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 12 - Currículo

**SE NÃO SE SABE DE ANTEMÃO COMO ALGUÉM VAI APRENDER, COMO AVALIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ALÉM DA LÓGICA CLASSIFICATÓRIA?**

Ana Cláudia Santiago Zouain - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo  
Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPES

## RESUMO

Este artigo apresenta um breve histórico de como se constituíram os processos legislativos e de avaliação na Educação Infantil, tendo por campo problemático como avaliar na Educação Infantil, se nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender? A avaliação é pensada como acompanhamento dos processos aprendentes e não como monitoramento e classificação, ressaltando as interferências de uma Base Nacional Comum Curricular nos processos de aprender e ensinar na Educação Infantil. Tem como objetivo problematizar como os processos avaliativos da aprendizagem na Educação Infantil levam em consideração que nunca se sabe previamente como alguém aprende. Traz como referencial teórico os estudos de Deleuze; Esteban; Lacerda; Carvalho; Sousa. Tomando como disparador de problematizações, escritas outras possíveis sobre o acompanhamento dos processos aprendentes em um Centro de Educação Infantil do estado do Espírito Santo.

**Palavras-chaves:** Educação Infantil. Avaliação. Base Nacional Comum Curricular

**SE NÃO SE SABE DE ANTEMÃO COMO ALGUÉM VAI APRENDER, COMO AVALIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA ALÉM DA LÓGICA CLASSIFICATÓRIA?**

## RESUMO

Este artigo apresenta um breve histórico de como se constituíram os processos legislativos e de avaliação na Educação Infantil, tendo por campo problemático como avaliar na Educação Infantil, se nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender? A avaliação é pensada como acompanhamento dos processos aprendentes e não como monitoramento e classificação, ressaltando as interferências de uma Base Nacional Comum Curricular nos processos de aprender e ensinar na Educação Infantil. Tem como objetivo problematizar como os processos avaliativos da aprendizagem na Educação Infantil levam em consideração que nunca se sabe previamente como alguém aprende. Traz como referencial teórico os estudos de Deleuze; Esteban; Lacerda; Carvalho; Sousa. Tomando como disparador de problematizações, escritas outras possíveis sobre o acompanhamento dos processos aprendentes em um Centro de Educação Infantil do estado do Espírito Santo.

**Palavras-chaves:** Educação Infantil. Avaliação. Base Nacional Comum Curricular

## 1 BREVE HISTÓRICO DAS LEGISLAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo o documento da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a expressão “pré-escolar”, utilizada no Brasil até a década de 1980, destinada à Educação Infantil, era entendida como se fosse uma etapa anterior, preparatória para a escolarização, que só iniciaria no Ensino Fundamental (BRASIL, 2017).

O atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 6 anos de idade tornou-se dever do Estado com a Constituição Federal de 1988. Com a proclamação da Lei de Diretrizes e Bases, em 1996, a Educação Infantil tornou-se parte integrante da Educação Básica, e com uma modificação na LDB em 2006, o acesso ao Ensino Fundamental antecipou para os 6 anos de idade, e a Educação Infantil para zero a 5 anos (BRASIL, 2017).

Todavia, a Educação Infantil se tornou obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos só após a Emenda Constitucional nº 59/2009, que determinou a obrigatoriedade da Educação Básica dos 4 aos 17 anos, incluída na LDB em 2013, consagrando a obrigatoriedade de matrícula de todas as crianças de 4 e 5 anos em instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2009).

Atualmente, a Educação Infantil foi incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), considerando-se mais um passo no processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica (BRASIL, 2017).

Considerando o contexto atual de homologação de uma base comum, este artigo objetiva problematizar como os processos avaliativos da aprendizagem na Educação Infantil levam em consideração que nunca se sabe previamente como alguém aprende, ressaltando as interferências da BNCC nos processos de aprender e ensinar e, nos modos avaliativos na Educação Infantil.

Nesse sentido, o campo problemático se constitui em como avaliar na Educação Infantil, se nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender? Trazendo fundamentos teóricos nos estudos de Esteban; Lacerda (2012); Deleuze (2003); Carvalho (2009); Sousa (2014).

A BNCC, em seu capítulo três, traz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Resolução CNE/CEB número 5, de 17 de dezembro de 2009, art. 4º), em que afirmam que “as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação” (BRASIL, 2009, p. 4).

O documento da BNCC reitera a importância de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil (BRASIL, 2017). Dessa forma, ao tratar de avaliação educacional está subjacente uma dada concepção de qualidade, sendo assim, não há neutralidade nos caminhos utilizados para avaliar, pois o delineamento escolhido em sua implementação e o uso que se fizer do resultado expressa o projeto educacional que se tem a alcançar (SOUSA, 2014).

## **2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL PAUTADA NA LÓGICA CLASSIFICATÓRIA – O QUE SE ENTENDE POR AVALIAÇÃO?**

As iniciativas do governo federal para avaliação, embora se apresentem como direcionadas à avaliação da Educação Básica, não contemplam a Educação Infantil (BRASIL, 2012). Nesse sentido, as DCNEI asseguram o que é esperado para a avaliação, sendo retomada também pela BNCC que afirma que “a intencionalidade do processo educativo pressupõe o **monitoramento** das práticas pedagógicas e o **acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento** das crianças” (BRASIL, 2017, p. 35).

Segundo o documento “Educação Infantil: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação” produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1.147/2011 do Ministério da Educação, cabe ressaltar que as observações e os registros de acompanhamento dos processos na Educação Infantil devem ser contextualizados, isto é, tomando as crianças em suas histórias de vida, seus meios sociais e culturais. O documento propõe que a avaliação seja sempre da criança em relação a si mesma e não comparativamente com as outras crianças (BRASIL, 2012).

Para Esteban; Lacerda (2012), nas escolas, encontramos professoras que compreendem a avaliação como parte de suas práticas pedagógicas, investigando as diferenças que ocorrem segundo os processos vivenciados pelas crianças, insistindo em aprender com aquilo que seria considerado “erro”, abandonando formas endurecidas de pensar e dialogando com as lógicas tecidas por seus alunos.

Defendemos que a aprendizagem se dá em meio aos encontros vividos nos diversos espaços e tempos escolares. Nesse sentido, Deleuze (2003, p. 270) contribui com nossa aposta quando argumenta que “nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender [...]. O aprendizado do pensar está imerso, portanto, numa caótica de encontros que abalam inicialmente a sensibilidade”.

Em contrapartida, a BNCC apresenta as sínteses das aprendizagens esperadas em cada campo de experiências para Educação Infantil, para que as crianças tenham condições favoráveis de ingressar no Ensino Fundamental (BRASIL, 2017).

É interessante pensar em avaliação dos processos de aprendizagem na contramão dessa lógica classificatória que estipula qual é a aprendizagem necessária para a criança avançar para a próxima etapa, ao passo que hierarquiza os processos de ensino e aprendizagem, diminuindo a ação docente e os saberes e fazeres das crianças.

Por isso, se faz necessário questionar uma base comum que visa homogeneizar os saberes, os currículos e os processos avaliativos, pois as prescrições curriculares não devem ser vistas como ponto de partida para orientar as mudanças educativas, questionando-se a “mercadologização” curricular (CARVALHO, 2009).

## **3 AVALIAÇÃO COMO ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS APRENDENTES**

Este artigo traz como disparador de problematizações, escritas outras possíveis sobre o acompanhamento dos processos aprendentes em um Centro de Educação Infantil do estado do Espírito Santo, para considerar como outros modos de registros são tecidos por professores na tentativa de apostar na aprendizagem inventiva, nos sujeitos de saberes e fazeres, onde a avaliação é pensada como acompanhamento dos processos e não como monitoramento e classificação.

"Encontramos uma turma agitada, alegre e ávida por movimentar-se. Criamos momentos em roda para conversar sobre o que gostavam de brincar, do que poderíamos brincar e o que precisávamos melhorar em nossas aulas.

Aprendemos com as crianças a apanhar os desperdícios, ou seja, a considerar seus desejos de aprendizagens e a conquistar sua participação nas brincadeiras e nos movimentos propostos. Exploramos algumas habilidades motoras como: subir, descer, engatinhar, escalar, rolar, escorregar, lançar, pegar, correr.

Os desejos de brincar-aprender ampliavam-se, ganhavam o sentido de viver os movimentos, de percorrer os espaços organizados e permitiam a criação de outras possibilidades de brincar. Exploramos nosso quintal, fizemos circuito de corrida, em suas árvores fizemos montanhismos, escaladas, pique-esconde, contamos e ouvimos histórias.

Desse modo, as crianças do grupo 4 foram encontrando com os movimentos, com o pensamento e com as demais pessoas. A criação passou a compor a cena cotidiana de nossas aulas, nas quais as crianças se apresentavam mais autônomas, capazes de organizar do ato motor e de compreender as brincadeiras, o que favorece a ampliação das experiências motoras ao longo da infância".

Trechos do relatório de uma professora de Educação Física do Grupo 4 vespertino de um Centro de Educação Infantil.

Por meio dos trechos do relatório apresentado, podemos visualizar que não há neutralidade nos processos educativos e nem na prática docente, e que avaliar os processos aprendentes é uma prática política do professor, cabendo a ele apostar nesse acompanhamento para problematizar a lógica classificatória em que é pautada a avaliação, questionando os interesses subjacentes a essa política homogeneizadora, reducionista e determinante.

Portanto, não cabe determinar de antemão como a criança vai aprender, pois as aprendizagens se dão em meio aos encontros, por vezes imprevisíveis, inventivos, e diversos, para além de uma base comum padronizante.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com o objetivo do artigo que foi problematizar como os processos avaliativos da aprendizagem na Educação Infantil levam em consideração que nunca se sabe previamente como alguém aprende, fez-se necessário questionar a concepção de qualidade de educação que se predomina e também a implantação de uma base comum que estipula quais são as aprendizagens esperadas para Educação Infantil, para que as crianças tenham condições favoráveis de ingressar no Ensino Fundamental. Trazendo, então, como campo problemático do texto, como avaliar na Educação Infantil, se nunca se sabe de antemão como alguém vai aprender? Dessa forma, buscou-se problematizar as avaliações previamente estabelecidas, de monitoramento e de classificação.

Nesse sentido, ressaltamos nossa aposta na avaliação como acompanhamento dos processos aprendentes em que são consideradas as aprendizagens inventivas, imprevisíveis, diversas que se dão em meio aos encontros tecidos nos múltiplos espaços e tempos da Educação Infantil.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Infantil**: subsídios para construção de uma sistemática de avaliação. Brasília, DF: MEC, 2012. (Documento produzido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1.147/2011, do Ministério da Educação).

BRASIL. Emenda constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

CARVALHO, Janete Magalhães. **O Cotidiano escolar como comunidade de afetos**. Petrópolis, RJ: DP et alii; Brasília, DF: CNPq, 2009.

DELEUZE. **Proust e os signos**. 2. ed., trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ESTEBAN; LACERDA. Em histórias cotidianas, convites ao encontro entre avaliação e *aprendizagem* *sino*. In: ALVES; LIBÂNEO (Orgs.). **Temas de Pedagogia**: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUSA, Sandra Zákia. **Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014.